

VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direitos sociais e políticas públicas III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Fabio Fernandes Neves Benfatti; Gabrielle Scola Dutra; Zélia Luiza Pierdoná. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-146-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito Governança e Políticas de Inclusão

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. VIII Encontro Virtual do CONPEDI (2; 2025; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

Apresentação

A presente obra é fruto dos artigos apresentados no Grupo de Trabalhos “DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III”, coordenado pelos professores Fábio Fernandes Neves Benfatti, Gabrielle Scola Dutra e Zélia Luiza Pierdoná, no âmbito do VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, evento organizado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), que reúne as pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da área do Direito, com a temática central: Direito, Governança e Políticas de Inclusão, realizado entre os dias 24, 25, 26 e 27 de junho de 2025.

As pesquisas desenvolvidas no âmbito das políticas públicas e dos direitos sociais desempenham papel fundamental na formulação, implementação e avaliação de ações governamentais voltadas à promoção da justiça social e à redução das desigualdades.

As apresentações do GT foram organizadas em três blocos temáticos, nos quais os autores tiveram a oportunidade de expor suas pesquisas. Cada bloco foi encerrado com um espaço destinado ao debate, permitindo a troca de ideias, questionamentos e contribuições por parte dos participantes. Essa dinâmica favoreceu a ampliação do diálogo acadêmico, o aprofundamento das reflexões e o enriquecimento coletivo das discussões propostas.

A seguir, apresenta-se a descrição dos artigos apresentados em cada um dos blocos:

O artigo “POLÍTICAS PÚBLICAS E OMISSÃO ESTRUTURADA: O ESTADO E A (IN) VISIBILIDADE DE MULHERES EM TERRITÓRIOS DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS” (Autoria: Luana Cristina da Silva Lima Dantas) propõe uma análise

O artigo “POLÍTICA PÚBLICA DE CERTIFICAÇÃO E TITULAÇÃO DE TERRITÓRIO - JUDICIALIZAÇÃO E GOVERNANÇA: DESAFIOS INSTITUCIONAIS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS” (Autoria: Adriana Silva Tanisue) analisa os desafios institucionais enfrentados pelas comunidades quilombolas no processo de certificação e titulação de seus territórios, com foco na judicialização e na governança das políticas públicas relacionadas.

O artigo “A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS AUTISTAS NO BRASIL” (Autoria: Suellen Gardenia Santos Bastos) aborda a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir de uma análise dos desafios complexos, envolvendo aspectos legais, pedagógicos, estruturais e atitudinais.

O artigo “DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL AO NEOLIBERALISMO: NEGÓCIOS JURÍDICOS PÚBLICOS SUSTENTÁVEIS E DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO” (Autoria: Bruno Luiz Sapia Maximo e Marlene Kempfer) parte de uma leitura sistemática da Constituição de 1988 para defender que é possível a intervenção do Estado sobre o domínio econômico, nos termos do artigo 174 da Constituição, por meio da celebração de negócios jurídicos sustentáveis, com empresas que possuam responsabilidade social. Dessa forma, Estado e empresas atuarão em busca da concretização de direitos sociais, imprescindíveis para a realização do direito humano ao desenvolvimento.

O artigo “INTERVENÇÃO NORMATIVA E DE INCENTIVO DO ESTADO SOBRE O DOMÍNIO ECONÔMICO: FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA, DIREITO SOCIAL À MORADIA E A SEGURANÇA JURÍDICA DO SISTEMA REGISTRAL BRASILEIRO” (Autoria: Karina Costanzi Fernandes e Marlene Kempfer) defende que é imprescindível garantir às pessoas a titulação com registro imobiliário, nos termos previstos na Lei nº 13.465/2017, o que representa uma intervenção normativa e de incentivo (art. 174 da Constituição Federal de 1988), fundamental para a inclusão no sistema econômico, com real possibilidade de realizar justiça social.

O artigo “CONCENTRAÇÃO URBANA - AMÉRICA LATINA, CARIBE E BRASIL: O CONFRONTO MORADIA X HABITAÇÃO - CONTORNOS DA PERIFERIA SOCIAL” (Autoria: Rogério Luiz Nery Da Silva e Pedro Rogério Gomes Nery da Silva) tem como objetivo provocar uma reflexão entre a situação urbana latino-americana/caribenha e o contexto do Brasil atual, com vistas a equacionar soluções às fragilidades do espaço urbano para atendimento das necessidades diretas e indiretas de habitação, mediante a adoção de políticas públicas específicas ou conexas de médio prazo.

O artigo “POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAÇÃO DIGITAL: A CONSTITUIÇÃO COMO FERRAMENTA DE GOVERNANÇA” (Autoria: Beatriz Soares Ferreira Braga) analisa os desafios jurídicos e institucionais associados à incorporação da inteligência artificial (IA) no setor público brasileiro, destacando a necessidade de um marco regulatório compatível com os princípios constitucionais. A crescente utilização de algoritmos em políticas públicas, aliada à coleta massiva de dados, apresenta riscos à privacidade, à equidade e à transparência, exigindo uma resposta normativa que vá além da regulação técnica.

O artigo “A POLÍTICA PÚBLICA DE GRATUIDADE DOS REGISTROS DE NASCIMENTO E ÓBITO COMO GARANTIDORA DE CIDADANIA NO BRASIL” (Autoria: Monica Olivo , Odisséia Aparecida Paludo Fontana e Luciane Aparecida Filipini Stobe) verifica o papel da política pública de gratuidade universal dos registros de nascimento e óbito como garantidora de cidadania.

O artigo “POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES A PARTIR DA TEORIA DE CAPACIDADES E LIBERDADE DE AMARTYA SEN” (Autoria: Emanoele Cristina da Silva Carraro , Odisséia Aparecida Paludo Fontana e Luciane Aparecida Filipini Stobe) parte da premissa de que integrar imigrantes em um novo país é um desafio que abrange fatores sociais, econômicos e culturais. Este artigo adota como fundamento teórico o papel da teoria das capacidades e liberdade de Amartya Sen, como um elemento essencial

O artigo “ALÉM DO TETO: DIREITO À MORADIA COMO DIREITO DA PERSONALIDADE E SUA EFETIVAÇÃO DIANTE DO DÉFICIT HABITACIONAL BRASILEIRO” (Autoria: Dirceu Pereira Siqueira e Isabela Teixeira de Menezes Reino) examina o direito à moradia como direito da personalidade e sua efetivação frente ao déficit habitacional brasileiro. Através da análise secundária dos dados do relatório "Déficit Habitacional no Brasil – 2016-2019" da Fundação João Pinheiro, investiga-se como os componentes do déficit habitacional revelam violações aos direitos da personalidade dos indivíduos afetados.

O artigo “FILHOS DA MORTE: PROTAGONISTAS DO CICLO DA VIOLÊNCIA E A (IN) EFICÁCIA DA LEI COMO PROTEÇÃO AOS ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO” (Autoria: Elaine Cristina Vieira Brandão e Ilton Garcia Da Costa) analisa o crime de feminicídio, com vistas a apontar os impactos desse crime no Brasil, com relação às suas vítimas indiretas: os órfãos do feminicídio – filhos da morte, vulnerabilizadas e invisibilizadas pela atenção do Estado e de parte da sociedade, o que as colocam como protagonistas do ciclo de violência ao qual estão inseridos, perpetuando de maneira progressiva esse grave problema social em nosso país.

O artigo “CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ: DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO PECONHEIRO ÀS MUDANÇAS NA RELAÇÃO DE TRABALHO E FAMILIAR OCACIONADOS PELA GLOBALIZAÇÃO DO FRUTO” (Autoria: Arielle Bianka dos Santos Calumby, Francisco Sérgio Silva Rocha e Valena Jacob Chaves) analisa os impactos da globalização na cadeia produtiva do açaí, destacando a precarização do trabalho dos peconheiros e as transformações nas dinâmicas familiares das comunidades ribeirinhas do Pará. Tradicionalmente consumido de forma local, o açaí tornou-se um produto de interesse global, o que intensificou a exploração dos trabalhadores e gerou mudanças sociais significativas.

O artigo “POLÍTICAS PÚBLICAS E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO

Gabriel Antinolfi Divan) aborda a problemática da fundamentalidade dos chamados “direitos sociais” em termos constitucional, em confronto com a lógica neoliberal, que lhe serve de entrave. O texto focaliza uma duplicidade de efeitos e visualização dessa lógica neoliberal, que se apresenta de forma biunívoca, tanto como ideologia governamental minimalista e precarizante como quanto discurso de subjetividade, forjando novas formas de cidadania.

O artigo “DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIEDADES DESIGUAIS E DIREITOS HUMANOS” (Autoria: Anna Paula Bagetti Zeifert, Vitória Agnoletto e Eduardo Franco da Rosa) analisa as vulnerabilidades que afligem parcela significativa da população brasileira, o que requer uma avaliação que possa conduzir a uma compreensão dos motivos, dimensões e consequências, de maneira a orientar a formulação de políticas sociais que possam colaborar na sua mitigação.

O artigo “A EFETIVAÇÃO DAS NORMAS SOBRE DIREITOS SOCIAIS PELO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOB A ÓTICA DO CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR” (Autoria: Thiago Phileto Pugliese) discute o papel do Poder Judiciário, notadamente do Supremo Tribunal Federal, na democratização do acesso aos direitos sociais, e em que medida essa atuação pode ser considerada legítima, sob a ótica do conceito de constitucionalismo transformador. Busca, ainda, compreender o papel dos Poderes Estatais e apresentar condições, para que se possa falar em convergência no desempenho de suas funções típicas, que concretizem os comandos constitucionais em larga escala.

O artigo “A PRECARIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: POLÍTICAS PÚBLICAS, PROTEÇÃO DE DADOS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO” (Autoria: Daniel David Guimarães Freire) analisa criticamente a interseção entre capitalismo da precariedade, inteligência artificial (IA), proteção de dados e Direito. A partir das contribuições teóricas de Albena Azmanova e Slavoj Žižek, discute como a precariedade socioeconômica, antes restrita a grupos marginalizados, tornou-se um traço estrutural das

considerado um governo de muitos. A participação efetiva ou inclusão real no processo decisório é constatada quando a população tem suas necessidades atendidas. Para traçar o cenário de evolução desses direitos, é apresentado um resumo histórico das previsões nas sete constituições brasileiras.

O artigo “ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: A EXCLUSÃO HISTÓRICA DOS CIGANOS E O DIREITO À MORADIA” (Autoria: Jéssica Andrade Santiago e Thais Novaes Cavalcanti) apresenta a história cigana, juntamente com a origem do racismo por eles enfrentados, desde o início do nomadismo. Além disso, pretende mostrar qual é a situação atual desta etnia e se a Constituição Federal de 1988, com os direitos fundamentais, especialmente o de moradia, está tendo plena eficácia, alcançando essa etnia, historicamente marginalizada pela sociedade não-cigana.

O artigo “A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL DA PROCURADORIA PÚBLICA PARA ALÉM DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU DA FASE DE CONTROLE” (Autoria: Emerson Affonso da Costa Moura) problematiza a atuação da procuradoria municipal, no que se refere às políticas públicas, defendendo o redimensionamento do papel estrito de advocacia estatal de defesa dos interesses do ente público, para, no exercício de suas funções de consultoria e assessoria, contribuir com as demais etapas do ciclo de políticas públicas na concretização dos bens e valores da ordem constitucional plural, no Estado Democrático de Direito.

O artigo “DESIGUALDADES SOCIAIS E IDENTIDADE: COMPREENDENDO O PAPEL DOS INDICADORES SOCIAIS DO BRASIL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA” (Autoria: Kenza Borges Sengik , Marcus Geandré Nakano Ramiro) apresenta uma análise da identidade, num contexto de um país com desigualdades multidimensionais. Os índices sociais comprovam as desigualdades sociais no Brasil, de modo que é imperioso observá-los ao estudar a temática “identidade”.

Zélia Luiza Pierdona

Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE)

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS AUTISTAS NO BRASIL

THE IMPLEMENTATION OF THE RIGHT TO INCLUSIVE EDUCATION FOR AUTISTIC PEOPLE IN BRAZIL

Suellen Gardenia Santos Bastos ¹

Resumo

A efetivação do direito à educação inclusiva para pessoas autistas no Brasil Resumo : A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta desafios complexos, envolvendo aspectos legais, pedagógicos, estruturais e atitudinais. Apesar dos avanços legislativos no Brasil, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), a implementação efetiva desses direitos ainda encontra barreiras significativas nas escolas. A formação continuada dos professores, a adaptação curricular e a presença de recursos pedagógicos especializados são fatores essenciais para promover uma educação inclusiva de qualidade. Além disso, a infraestrutura das escolas, muitas vezes inadequada, compromete o atendimento das necessidades específicas dos alunos com TEA. Outro ponto crítico é a superação das barreiras atitudinais no ambiente escolar, incluindo preconceitos, estigmas e a falta de sensibilização dos profissionais da educação. A promoção de campanhas de conscientização e a construção de uma cultura escolar inclusiva são estratégias fundamentais para combater o preconceito. A colaboração entre a escola, a família e os profissionais da saúde surge como um aspecto indispensável, permitindo que as práticas pedagógicas sejam ajustadas conforme as necessidades individuais dos alunos. Nesse contexto, a articulação entre esses agentes facilita a criação de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) mais eficazes, alinhados aos objetivos educacionais e terapêuticos. Conclui-se que a inclusão escolar de alunos com TEA depende de um compromisso coletivo, envolvendo políticas públicas eficazes, recursos financeiros adequados e uma transformação profunda nas práticas pedagógicas e nas atitudes dos profissionais da educação.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Transtorno do espectro autista, Educação inclusiva,

inclusive education. In addition, the often inadequate infrastructure of schools compromises the meeting of the specific needs of students with ASD. Another critical point is overcoming attitudinal barriers in the school environment, including prejudices, stigmas and the lack of awareness among education professionals. Promoting awareness campaigns and building an inclusive school culture are fundamental strategies to combat prejudice. Collaboration between schools, families and health professionals is essential, allowing pedagogical practices to be adjusted according to the individual needs of students. In this context, coordination between these agents facilitates the creation of more effective Individual Development Plans (IDPs) aligned with educational and therapeutic objectives. It is concluded that the school inclusion of students with ASD depends on a collective commitment, involving effective public policies, adequate financial resources and a profound transformation in pedagogical practices and attitudes of education professionals.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: School inclusion, Autism spectrum disorder, Inclusive education, Curricular adaptation, School-family-health collaboration

1 Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por uma série de condições que afetam a comunicação, a interação social e o comportamento, exigindo uma abordagem educacional inclusiva para garantir os direitos das crianças que apresentam esse transtorno (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). A escola, nesse contexto, desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania e na construção de um ambiente que respeite as diferenças, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, tenham acesso à educação de qualidade. Segundo Mantoan (2003), “a inclusão escolar pressupõe a superação de barreiras atitudinais, físicas e pedagógicas para que todos os alunos possam aprender juntos, sem discriminação”. Essa perspectiva reforça a necessidade de práticas pedagógicas que contemplem adaptações curriculares e metodológicas, garantindo, assim, a efetiva participação das crianças com TEA no processo de aprendizagem.

A legislação brasileira avançou significativamente nesse sentido com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que estabelece que é dever das instituições de ensino adotar práticas que assegurem a inclusão de todos os estudantes. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) reforça a obrigatoriedade da educação inclusiva, indicando que cabe às escolas promover recursos pedagógicos acessíveis, adaptações curriculares e suporte especializado. De acordo com Glat e Pletsch (2010), “a inclusão escolar efetiva passa pela formação contínua dos professores e pela construção de um currículo flexível que atenda às necessidades específicas dos alunos com deficiência”. Esse posicionamento ressalta a importância de investimentos em capacitação docente e em infraestrutura inclusiva para que a legislação seja cumprida de forma plena.

Contudo, apesar dos avanços legais, diversos desafios ainda persistem no cotidiano escolar, como a falta de preparo dos profissionais da educação, a carência de recursos pedagógicos especializados e as barreiras atitudinais que muitas vezes dificultam a inclusão de alunos com TEA. De acordo com Mendes (2010), “a inclusão escolar exige uma mudança significativa nas práticas pedagógicas e na cultura das instituições de ensino, demandando apoio técnico e financeiro para sua implementação”. Isso evidencia a necessidade de um trabalho colaborativo entre escola, família e profissionais da saúde para que os direitos das crianças com TEA sejam efetivamente garantidos.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo discutir o papel da escola na garantia

dos direitos e deveres das crianças com TEA, analisando tanto os avanços legais quanto os desafios práticos para a efetivação de uma educação inclusiva. A metodologia utilizada consiste em uma revisão bibliográfica baseada em estudos recentes sobre inclusão escolar e legislação educacional, buscando compreender de forma ampla as práticas pedagógicas necessárias para assegurar uma educação equitativa e inclusiva para todos.

2. Os Direitos das Crianças com TEA no Contexto Escolar

2.1. Legislação Brasileira sobre Educação Inclusiva (Lei Brasileira de Inclusão, LDB)

A legislação brasileira tem avançado significativamente na garantia dos direitos das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um marco legal importante ao estabelecer que a educação é um direito fundamental e inalienável para todas as pessoas com deficiência. De acordo com o artigo 27 da referida lei, é dever do Estado, da família, da sociedade e das instituições privadas assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência, incluindo os com TEA (BRASIL, 2015). Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) reforça essa perspectiva ao determinar que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, com a garantia de atendimento especializado sempre que necessário (BRASIL, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Decreto nº 7.611/2011, complementa essas legislações ao prever a disponibilização de recursos de acessibilidade e apoio especializado aos estudantes com deficiência. Segundo Glat e Blanco (2007), "a inclusão escolar depende da implementação de políticas públicas eficazes que garantam recursos pedagógicos e acessibilidade". Nesse sentido, a legislação busca criar um ambiente educacional que respeite as especificidades dos alunos com TEA, garantindo tanto a acessibilidade física quanto a pedagógica.

Outro aspecto relevante é a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa lei define que as pessoas com TEA têm direito ao acesso à educação e à inclusão escolar, sem discriminação, e estabelece que os sistemas de ensino devem garantir adaptações razoáveis para promover o aprendizado desses alunos. Conforme afirma Mantoan

(2003), “a inclusão escolar pressupõe a superação de barreiras atitudinais, físicas e pedagógicas para que todos os alunos possam aprender juntos, sem discriminação”. Essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas adaptadas que assegurem a participação efetiva das crianças com TEA no processo de aprendizagem.

Entretanto, conforme apontado por Baptista (2017), a efetividade dessas leis enfrenta desafios significativos, como a falta de formação adequada para os professores e a carência de recursos didáticos especializados. Baptista destaca que "a legislação inclusiva, embora avançada, carece de mecanismos efetivos de fiscalização e financiamento, o que compromete sua plena implementação" (BAPTISTA, 2017). A necessidade de formação continuada para os professores é um dos pontos críticos para a efetivação dos direitos das crianças com TEA. Segundo Glat e Pletsch (2010), "a inclusão escolar efetiva passa pela formação contínua dos professores e pela construção de um currículo flexível que atenda às necessidades específicas dos alunos com deficiência".

2.2. A Importância da Acessibilidade e Adaptações Curriculares

A acessibilidade é um princípio fundamental para a inclusão das crianças com TEA nas escolas regulares. Ela envolve não apenas a adaptação física dos espaços, mas também a acessibilidade pedagógica, que contempla a elaboração de materiais didáticos adaptados, recursos de comunicação alternativa e métodos de ensino diferenciados. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), a inclusão escolar deve garantir que todos os alunos tenham acesso a um currículo adequado às suas necessidades, com suporte pedagógico e recursos que facilitem o aprendizado. Isso significa que as escolas devem adotar práticas como o uso de tecnologias assistivas, material visual simplificado e estratégias de ensino individualizadas para atender às demandas específicas dos alunos com TEA.

Segundo Sasaki (2006), “a inclusão escolar só será efetiva quando houver um compromisso coletivo com a valorização das diferenças e o respeito aos direitos de todos”. Essa visão amplia o conceito de acessibilidade, indo além da adaptação física para incluir a adaptação de práticas pedagógicas e metodológicas. Além disso, conforme apontado por Capellini (2010), a implementação de recursos como comunicação alternativa, softwares educativos e estratégias visuais pode facilitar significativamente a compreensão e a aprendizagem dos alunos com TEA.

As adaptações curriculares representam um aspecto essencial para assegurar que os estudantes com TEA possam acompanhar as atividades propostas em sala de aula. Essas

adaptações podem ser de dois tipos: adaptações de acesso, que dizem respeito à forma como os conteúdos são apresentados, e adaptações significativas, que envolvem a modificação dos objetivos de

aprendizagem conforme as habilidades de cada aluno. Segundo Mantoan (2003), "as adaptações curriculares devem ser vistas como estratégias que ampliam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos, e não como uma medida paliativa para suprir deficiências".

2.3. Papel da Escola na Promoção da Cidadania e Inclusão Social

A escola tem um papel central na promoção da cidadania e na inclusão social das crianças com TEA, pois é nesse espaço que os alunos aprendem a conviver com as diferenças e a exercer seus direitos. A inclusão escolar não se limita à inserção física dos estudantes com deficiência nas salas de aula regulares, mas envolve também a construção de um ambiente acolhedor, onde todos possam participar ativamente das atividades escolares. Segundo Freire (1996), "a educação deve ser um ato de liberdade, capaz de promover a autonomia dos indivíduos e seu engajamento na sociedade".

Conforme apontam Glat e Pletsch (2010), a escola deve promover ações que favoreçam a interação entre alunos com e sem deficiência, estimulando a cooperação, a empatia e o respeito às diferenças. Campanhas de conscientização, palestras para pais e alunos e formação continuada para os docentes são medidas que podem contribuir para um clima escolar mais inclusivo. Além disso, a colaboração entre escola, família e profissionais especializados permite uma abordagem mais integrada e eficaz para o atendimento das necessidades educacionais dos alunos com TEA.

3. Deveres das Crianças com TEA na Escola

Os deveres das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar não devem ser compreendidos de forma distinta dos deveres de qualquer outro aluno. A inclusão escolar, conforme preconiza a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), busca garantir que todos os estudantes tenham acesso aos mesmos direitos e deveres, respeitando suas necessidades específicas. Dessa forma, é fundamental que os estudantes com TEA sejam incentivados a participar ativamente das atividades escolares, respeitar regras e normas estabelecidas pela instituição de ensino e se engajar em processos colaborativos com seus colegas de classe. Segundo Mantoan (2003), a inclusão plena só será possível quando

os alunos com deficiência puderem exercer seus deveres

escolares com o apoio adequado, sem que isso signifique uma exclusão velada ou uma cobrança desproporcional.

Um dos deveres essenciais das crianças com TEA na escola é o da participação ativa nas atividades propostas. Essa participação envolve tanto o aspecto acadêmico quanto o social, considerando as particularidades de cada aluno. Conforme apontam Glat e Pletsch (2010), “a inclusão escolar não significa apenas estar fisicamente presente na sala de aula, mas sim ser parte efetiva do processo de aprendizagem e da vida escolar”. Isso exige dos professores a adaptação das atividades para que os alunos com TEA possam contribuir dentro de suas capacidades, desenvolvendo tanto habilidades cognitivas quanto sociais. A participação ativa deve ser entendida como um direito e, ao mesmo tempo, um dever, pois é por meio dela que os estudantes com TEA podem aprimorar suas habilidades comunicativas, motoras e acadêmicas.

Outro aspecto relevante é o estímulo à autonomia dos alunos com TEA. A promoção da autonomia está relacionada à capacidade de realizar tarefas simples de forma independente, tomar decisões e assumir pequenas responsabilidades no cotidiano escolar. Segundo Sasaki (2006), “a autonomia é um pilar essencial para a inclusão, pois permite que os alunos com deficiência se sintam valorizados e capazes”. Isso implica que os deveres atribuídos aos alunos com TEA devem ser compatíveis com suas habilidades, sendo ajustados de acordo com o nível de desenvolvimento de cada criança. Estratégias como o uso de cronogramas visuais, organização de atividades em etapas simples e o reforço positivo são formas eficazes de promover a autonomia de maneira gradual.

A convivência harmoniosa e o respeito às normas escolares também constituem deveres importantes para os alunos com TEA. A disciplina escolar deve ser compreendida não como uma forma de controle, mas como um meio de promover a socialização, o respeito mútuo e a construção de um ambiente saudável para a aprendizagem. De acordo com Freire (1996), “a educação deve ser um ato de liberdade que possibilite ao aluno compreender a importância das regras para a convivência democrática”. Nesse sentido, cabe aos educadores mediar conflitos de forma pedagógica, auxiliando os alunos com TEA a entender e respeitar as regras da escola. O uso de histórias sociais, por exemplo, tem se mostrado uma estratégia eficaz para ensinar habilidades sociais e comportamentais, ajudando os alunos a lidar com situações do cotidiano escolar de maneira mais tranquila e previsível.

A comunicação é outro aspecto crucial nos deveres das crianças com TEA. Muitos estudantes com esse transtorno apresentam dificuldades na comunicação verbal e social, o que

pode comprometer suas interações no ambiente escolar. Conforme aponta Capellini (2010), “a comunicação alternativa é uma ferramenta indispensável para garantir que os alunos com TEA possam expressar suas necessidades, opiniões e sentimentos de forma clara”. O uso de sistemas como PECS (Picture Exchange Communication System), aplicativos de comunicação e recursos visuais pode facilitar significativamente esse processo. Além disso, os professores devem incentivar os alunos com TEA a utilizarem esses recursos de maneira contínua, promovendo a interação com colegas e participando ativamente das atividades coletivas.

Outro dever importante é a participação nas avaliações escolares. Embora seja necessário adaptar os instrumentos de avaliação para refletir de forma justa as habilidades dos alunos com TEA, a participação nesses processos é essencial para acompanhar seu progresso acadêmico. Segundo Mendes (2010), “as avaliações adaptadas devem focar não apenas no desempenho acadêmico, mas também no desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas”. Isso implica que as avaliações devem ser realizadas em um ambiente tranquilo, com o uso de suportes visuais, questões simplificadas e, quando necessário, mais tempo para a realização das tarefas. A avaliação inclusiva permite identificar não apenas as dificuldades, mas também as potencialidades dos alunos com TEA, orientando o planejamento pedagógico de forma mais eficaz.

Por fim, a colaboração entre família, escola e profissionais especializados é fundamental para que os deveres dos alunos com TEA sejam cumpridos de maneira justa e equilibrada. A troca constante de informações sobre o progresso e as dificuldades dos alunos permite ajustar as estratégias pedagógicas de acordo com suas necessidades. Conforme destaca Glat (2007), “a parceria entre família e escola potencializa a inclusão escolar, pois garante que todos os aspectos da vida do aluno sejam considerados no processo educativo”. Assim, os deveres dos alunos com TEA devem ser compreendidos como parte de um processo maior de desenvolvimento integral, onde a responsabilidade compartilhada entre todos os envolvidos é a chave para uma inclusão verdadeira e efetiva.

4. Práticas Pedagógicas Inclusivas

As práticas pedagógicas inclusivas para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são fundamentais para garantir um ambiente educacional que respeite as diferenças, promova o aprendizado efetivo e assegure os direitos desses alunos conforme a legislação brasileira. A inclusão escolar, conforme preconiza a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº

13.146/2015), deve ser aplicada tanto no aspecto físico quanto no pedagógico, proporcionando aos alunos com TEA acesso a um currículo adaptado, metodologias diferenciadas e recursos especializados. Segundo Mantoan (2003), “a inclusão só será efetiva quando as práticas pedagógicas forem ajustadas para responder às necessidades específicas de cada aluno, respeitando seu ritmo e suas capacidades”. Essa perspectiva reforça a importância de metodologias ativas, adaptações curriculares e estratégias de ensino diversificadas para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

4.1. Metodologias Ativas e Ensino Diferenciado

As metodologias ativas têm se mostrado particularmente eficazes para a inclusão de alunos com TEA, pois priorizam a participação ativa do estudante no processo de aprendizagem, promovendo a autonomia, a interação social e o desenvolvimento de habilidades diversas. Entre as metodologias mais utilizadas estão a aprendizagem baseada em projetos, o ensino híbrido, a sala de aula invertida e o uso de recursos tecnológicos interativos, que permitem adaptar os conteúdos conforme o perfil dos alunos. Segundo Moran (2015), “as metodologias ativas valorizam o protagonismo dos alunos, tornando-os agentes de seu próprio aprendizado”. No caso dos alunos com TEA, essas metodologias possibilitam a personalização do ensino, utilizando recursos visuais, materiais concretos e tecnologias assistivas para facilitar a compreensão dos conteúdos.

De acordo com Batista e Nogueira (2018), a utilização de tecnologias assistivas, como softwares educativos, aplicativos de comunicação e plataformas digitais interativas, tem se mostrado uma estratégia eficaz para facilitar a aprendizagem dos alunos com TEA. “As tecnologias assistivas permitem que os alunos com TEA acessem o conteúdo de forma mais direta e adequada às suas necessidades, promovendo a inclusão efetiva no ambiente escolar” (BATISTA; NOGUEIRA, 2018). Além disso, o uso de recursos visuais, como gráficos, mapas mentais, cronogramas ilustrados e esquemas, auxilia na organização das informações e na memorização dos conteúdos, reduzindo a sobrecarga sensorial e a ansiedade.

Outro aspecto importante é a utilização de planos de ensino individualizados (PEI), que estabelecem objetivos claros, estratégias pedagógicas adaptadas e critérios de avaliação personalizados para cada estudante. Segundo Glat e Pletsch (2010), “o ensino diferenciado permite que os alunos com TEA avancem conforme suas habilidades, garantindo que todos possam aprender de forma significativa”. A prática do ensino colaborativo, onde professores

de educação especial e regulares trabalham conjuntamente, também se mostra eficaz para integrar os alunos com TEA nas atividades escolares, proporcionando suporte técnico e pedagógico necessário para sua inclusão. Conforme destaca Silva (2019), “o ensino colaborativo promove um ambiente de aprendizado mais inclusivo, onde as diferenças são respeitadas e valorizadas”.

Além disso, a aprendizagem baseada em projetos (ABP) permite que os alunos com TEA participem de forma mais ativa das aulas, explorando temas de interesse pessoal e desenvolvendo habilidades como resolução de problemas, cooperação e autonomia. Segundo Hernández (1998), “a aprendizagem baseada em projetos possibilita uma integração mais significativa dos conteúdos, permitindo que os alunos construam seu conhecimento de forma ativa e contextualizada”. No caso dos alunos com TEA, essa abordagem permite trabalhar habilidades sociais e comunicativas de forma prática, facilitando a interação com os colegas e a participação nas atividades escolares.

4.2. O Papel dos Professores e a Necessidade de Capacitação

A capacitação docente é um dos pilares para a implementação eficaz de práticas pedagógicas inclusivas para alunos com TEA. A formação continuada deve abordar tanto os aspectos teóricos do TEA quanto estratégias práticas para adaptar o ensino conforme as características dos alunos. Isso inclui capacitação em comunicação alternativa, metodologias ativas, uso de tecnologias assistivas e gestão de comportamentos desafiadores. Segundo Mantoan (2003), “nenhum projeto inclusivo será bem-sucedido se os professores não estiverem preparados para lidar com a diversidade”.

De acordo com Freitas (2016), a formação docente deve ser permanente e articulada com a prática cotidiana da sala de aula. “A capacitação deve ir além da teoria, oferecendo aos professores recursos práticos para lidar com situações concretas do dia a dia escolar” (FREITAS, 2016). Isso envolve cursos de formação continuada, oficinas pedagógicas, grupos de estudo e troca de experiências entre os docentes. A ausência de capacitação adequada compromete não apenas o aprendizado dos alunos com TEA, mas também a própria motivação dos professores, que muitas vezes se sentem despreparados para lidar com as demandas específicas desses alunos.

Além disso, o suporte técnico-pedagógico para os professores, com a atuação de profissionais de apoio, como psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, contribui significativamente para a adaptação das práticas pedagógicas conforme as

necessidades dos alunos com TEA. Conforme aponta Sasaki (2006), “a inclusão escolar é um processo colaborativo que exige a participação de diversos profissionais para atender integralmente os alunos com deficiência”. A articulação entre os professores e esses profissionais permite um planejamento pedagógico mais ajustado, com estratégias diversificadas que potencializam o aprendizado dos estudantes com TEA.

4.3. Estratégias para a Comunicação Alternativa e Suporte Especializado

A comunicação alternativa e aumentativa (CAA) é uma estratégia fundamental para facilitar a interação dos alunos com TEA no ambiente escolar, especialmente para aqueles que apresentam dificuldades na comunicação verbal. Sistemas como o PECS (Picture Exchange Communication System), pranchas de comunicação e aplicativos específicos têm se mostrado eficazes para promover a expressão das necessidades, sentimentos e opiniões desses alunos. Segundo Capellini (2010), “a comunicação alternativa amplia as possibilidades de interação dos alunos com TEA, garantindo que possam participar de forma efetiva das atividades escolares”.

O uso de tecnologias assistivas, como tablets com aplicativos de comunicação e software de síntese de voz, também facilita a inclusão de alunos com TEA, permitindo que eles acompanhem as atividades propostas de maneira mais independente. Além disso, a implementação de recursos visuais, como horários estruturados, cronogramas ilustrados e sinais gráficos, ajuda a reduzir a ansiedade causada pela imprevisibilidade das atividades escolares. Conforme destaca Mendes (2010), “os recursos visuais promovem a compreensão das rotinas escolares, aumentando a previsibilidade e a segurança dos alunos com TEA”.

O suporte especializado, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto pela Política Nacional de Educação Especial, também é um recurso essencial para os alunos com TEA. Esse atendimento, realizado preferencialmente no contraturno escolar, oferece suporte pedagógico individualizado, com adaptação de materiais e desenvolvimento de habilidades específicas, como comunicação, socialização e habilidades acadêmicas básicas.

5. Desafios na Garantia dos Direitos e Deveres

A inclusão escolar das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrenta uma série de desafios, que vão desde barreiras atitudinais e preconceitos até a falta de infraestrutura adequada e recursos pedagógicos especializados. Apesar dos avanços

legislativos no Brasil, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, a implementação efetiva desses direitos ainda esbarra em inúmeras dificuldades práticas.

Segundo Omote (2007), “a legislação inclusiva representa um avanço significativo, mas a concretização dos direitos depende de mudanças profundas na estrutura das escolas e na formação dos profissionais”. Assim, os desafios para a inclusão plena dos alunos com TEA estão intrinsecamente ligados à necessidade de transformar as práticas pedagógicas, as atitudes dos profissionais da educação e a gestão das instituições escolares.

5.1. Barreiras Atitudinais e Preconceitos no Ambiente Escolar

As barreiras atitudinais constituem um dos principais obstáculos para a inclusão escolar de alunos com TEA. Essas barreiras se manifestam por meio de preconceitos, estigmas e atitudes excludentes de professores, alunos e até mesmo dos gestores escolares. Segundo Sasaki (2006), “a inclusão só será efetiva quando houver um compromisso coletivo com a valorização das diferenças e o respeito aos direitos de todos”. A resistência de professores em adaptar suas práticas pedagógicas, por exemplo, muitas vezes está associada à falta de formação específica sobre o TEA, o que gera insegurança e desmotivação para lidar com esses alunos.

De acordo com Rodrigues (2018), a ausência de sensibilização dos profissionais da educação sobre as características do TEA perpetua estereótipos prejudiciais. “A formação docente deve incluir módulos específicos sobre o espectro autista, abordando desde as características sensoriais até as estratégias pedagógicas mais eficazes” (RODRIGUES, 2018). Além disso, a rotulação negativa dos alunos com TEA, como sendo “problemáticos” ou “difíceis”, contribui para o isolamento desses estudantes, limitando suas interações sociais e sua participação nas atividades escolares.

Outro aspecto importante das barreiras atitudinais é a postura das famílias dos demais alunos, que muitas vezes desconhecem as características do TEA e acabam reforçando atitudes preconceituosas. Segundo Baptista (2015), “a participação ativa da família na escola é essencial para dismantellar preconceitos e promover uma convivência harmoniosa”. Campanhas de conscientização, rodas de conversa e palestras são estratégias eficazes para envolver toda a comunidade escolar no processo de inclusão, promovendo a empatia e o respeito às diferenças.

Além disso, o papel da gestão escolar é crucial para combater as barreiras atitudinais.

A implementação de políticas inclusivas exige um posicionamento claro dos gestores, promovendo formações continuadas para os docentes, adquirindo recursos pedagógicos adaptados e estabelecendo uma cultura escolar que valorize a diversidade. Conforme aponta Lima (2019), “os gestores têm um papel estratégico na promoção da inclusão, sendo responsáveis por articular recursos, formar parcerias e sensibilizar a comunidade escolar para a importância da diversidade”.

5.2. Infraestrutura e Recursos Pedagógicos Limitados

A falta de infraestrutura adequada e de recursos pedagógicos especializados compromete significativamente a inclusão de alunos com TEA. Muitas escolas públicas enfrentam limitações financeiras e estruturais que impedem a adaptação de espaços físicos e a aquisição de tecnologias assistivas essenciais para esses alunos. Conforme destaca Mendes (2010), “a ausência de recursos adequados compromete não apenas a aprendizagem dos alunos com deficiência, mas também a motivação dos professores, que se veem limitados em suas práticas pedagógicas”.

A adaptação física das escolas, como a criação de salas sensoriais, instalação de isolamento acústico, iluminação ajustável e espaços de decompressão, é fundamental para minimizar os impactos sensoriais comuns em alunos com TEA. Segundo Oliveira (2016), “ambientes com excesso de estímulos visuais e sonoros podem gerar crises de ansiedade em alunos com TEA, dificultando sua permanência na escola”. Assim, investir em adaptações físicas não é apenas uma questão de acessibilidade, mas também de promoção de um ambiente mais confortável e acolhedor.

Além disso, a falta de recursos pedagógicos, como softwares educativos, materiais visuais adaptados e dispositivos de comunicação alternativa, limita significativamente as possibilidades de aprendizado dos alunos com TEA. Estudos de Fonseca (2018) indicam que “as tecnologias assistivas ampliam as possibilidades de aprendizado, facilitando a comunicação, a organização das informações e a compreensão dos conteúdos”. No entanto, a ausência de financiamento público adequado e a burocracia para aquisição desses recursos representam desafios importantes para a efetivação da inclusão escolar.

Outro ponto crítico é a escassez de profissionais especializados, como psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e intérpretes de Libras, que poderiam auxiliar na adaptação das práticas pedagógicas e no desenvolvimento de habilidades específicas dos alunos com TEA. Conforme aponta Amaral (2015), “a presença de profissionais de apoio é

essencial para garantir que as adaptações curriculares sejam realmente eficazes e que os alunos com TEA possam progredir de acordo com suas potencialidades”. A contratação desses profissionais, no entanto, esbarra na falta de financiamento adequado e na ausência de políticas públicas que garantam sua permanência nas escolas.

5.3. Colaboração entre Família, Escola e Profissionais da Saúde

A colaboração entre a família, a escola e os profissionais da saúde é fundamental para garantir uma educação inclusiva de qualidade para os alunos com TEA. Essa parceria permite que as práticas pedagógicas sejam ajustadas conforme as necessidades específicas de cada aluno, promovendo um desenvolvimento integral. Segundo Vygotsky (1997), “o desenvolvimento das crianças ocorre em um contexto social, onde a interação com outras pessoas desempenha um papel crucial”. A troca de informações entre esses agentes possibilita a criação de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) mais eficazes, alinhados aos objetivos educacionais e terapêuticos.

De acordo com Amaral (2015), a participação ativa da família no processo educativo é um fator determinante para o sucesso da inclusão. “A comunicação constante entre a família e a escola permite um planejamento pedagógico mais ajustado às necessidades dos alunos, garantindo que eles recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento integral” (AMARAL, 2015). A realização de reuniões periódicas, a participação dos pais em oficinas pedagógicas e a colaboração na implementação de estratégias de comunicação alternativa são práticas recomendadas para fortalecer essa parceria.

Além disso, a articulação com profissionais da saúde, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, permite uma abordagem interdisciplinar que enriquece o processo educativo. Segundo Batista e Nogueira (2018), “a colaboração entre os diferentes profissionais e a escola promove uma inclusão mais efetiva, pois permite que os desafios enfrentados pelos alunos com TEA sejam tratados de forma integrada e contínua”. A presença desses profissionais na escola facilita a adaptação curricular, a gestão de comportamentos desafiadores e o desenvolvimento de habilidades comunicativas, aspectos fundamentais para a inclusão de alunos com TEA.

Essa parceria permite que as práticas pedagógicas sejam ajustadas conforme as necessidades específicas de cada aluno, promovendo um desenvolvimento integral. A articulação entre esses agentes possibilita a criação de um ambiente escolar mais acolhedor, onde as estratégias de ensino são personalizadas para atender as demandas individuais dos

estudantes. De acordo com Vygotsky (1997), “o desenvolvimento das crianças ocorre em um contexto social, onde a interação com outras pessoas desempenha um papel crucial”. A participação ativa da família no processo educativo permite que os professores compreendam melhor as particularidades de cada aluno com TEA, ajustando as práticas pedagógicas conforme necessário. Além disso, a colaboração com os profissionais da saúde garante um suporte mais amplo, abrangendo aspectos emocionais, comportamentais e cognitivos.

Amaral (2015) destaca que a comunicação constante entre a família e a escola permite um planejamento pedagógico mais ajustado às necessidades dos alunos, garantindo que eles recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento integral. “A participação dos pais nas decisões escolares potencializa as práticas pedagógicas, promovendo uma inclusão mais efetiva” (AMARAL, 2015). A realização de reuniões periódicas, oficinas pedagógicas e grupos de apoio são práticas recomendadas para fortalecer essa parceria. Além disso, campanhas de conscientização sobre o TEA, direcionadas aos familiares dos demais alunos, ajudam a combater preconceitos e promover uma convivência mais harmoniosa no ambiente escolar.

Batista e Nogueira (2018) apontam que a articulação com profissionais da saúde, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, permite uma abordagem interdisciplinar que enriquece o processo educativo. “A colaboração entre os diferentes profissionais e a escola promove uma inclusão mais efetiva, pois permite que os desafios enfrentados pelos alunos com TEA sejam tratados de forma integrada e contínua” (BATISTA; NOGUEIRA, 2018). A presença desses profissionais facilita a adaptação curricular, a gestão de comportamentos desafiadores e o desenvolvimento de habilidades comunicativas, aspectos fundamentais para a inclusão de alunos com TEA.

A presença de uma equipe multidisciplinar na escola facilita a adaptação curricular para os alunos com TEA. Essa equipe, composta por pedagogos, psicopedagogos, terapeutas e assistentes sociais, permite um acompanhamento mais próximo e individualizado dos estudantes, promovendo a integração das práticas pedagógicas com as abordagens terapêuticas. A construção conjunta de estratégias de ensino, que considerem as limitações sensoriais, cognitivas e sociais dos alunos com TEA, aumenta significativamente as chances de sucesso escolar. Além disso, a orientação desses profissionais para os pais contribui para a continuidade das práticas pedagógicas em casa, promovendo um desenvolvimento mais homogêneo e consistente.

Além disso, a articulação entre escola, família e profissionais da saúde facilita a implementação de rotinas estruturadas para os alunos com TEA. A previsibilidade das

atividades, a utilização de cronogramas visuais e a organização sequencial das tarefas ajudam a minimizar a ansiedade causada por mudanças inesperadas na rotina escolar. A participação dos pais na organização dessas rotinas, alinhada às orientações dos profissionais da saúde, permite que os alunos com TEA se sintam mais seguros e compreendam melhor as expectativas sobre suas responsabilidades escolares. Conforme aponta Mendes (2010), “a rotina estruturada proporciona segurança aos alunos com TEA, facilitando a compreensão das atividades e a adaptação ao ambiente escolar”.

A avaliação dos alunos com TEA também deve ser repensada à luz dessa colaboração. A aplicação de instrumentos de avaliação adaptados, que considerem as habilidades individuais e os avanços terapêuticos, permite um acompanhamento mais justo e preciso do desenvolvimento dos estudantes. A troca de informações entre professores, familiares e profissionais da saúde facilita a identificação de dificuldades específicas e a definição de estratégias pedagógicas para superá-las. A flexibilização dos critérios de avaliação, com foco no progresso individual e na aquisição de habilidades práticas, promove uma inclusão mais efetiva e justa para os alunos com TEA.

Em síntese, a colaboração entre a família, a escola e os profissionais da saúde é fundamental para a construção de uma educação inclusiva de qualidade. A articulação entre esses agentes permite um atendimento integral aos alunos com TEA, promovendo seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional. A implementação de práticas pedagógicas adaptadas, alinhadas às estratégias terapêuticas, garante que os alunos com TEA possam desenvolver plenamente suas potencialidades, exercendo seus direitos e deveres de forma plena e equitativa. A construção de uma escola inclusiva, onde todos os alunos possam aprender, conviver e se desenvolver, depende do compromisso coletivo desses agentes em promover uma educação verdadeiramente acessível e inclusiva para todos.

6. Conclusão

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um desafio complexo que envolve diversos aspectos, desde questões legais e pedagógicas até dificuldades estruturais e atitudinais. Apesar dos avanços legislativos no Brasil, como a Lei Brasileira de Inclusão e a Lei Berenice Piana, a implementação efetiva desses direitos ainda enfrenta barreiras significativas. A concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva depende não apenas da existência de leis, mas também de mudanças profundas nas práticas pedagógicas, na infraestrutura escolar e nas atitudes de todos os envolvidos no processo

educacional.

A escola, enquanto espaço essencial para a socialização e o desenvolvimento acadêmico, tem um papel central nesse processo. No entanto, as práticas pedagógicas inclusivas enfrentam dificuldades práticas, como a falta de capacitação dos professores e a ausência de recursos pedagógicos adaptados. A formação continuada dos docentes surge como uma necessidade urgente para que eles possam lidar adequadamente com as especificidades dos alunos com TEA. Essa formação deve incluir tanto aspectos teóricos sobre o transtorno quanto estratégias práticas, como o uso de recursos visuais, tecnologias assistivas, metodologias ativas e planos de ensino individualizados.

Além disso, a infraestrutura das escolas, muitas vezes precária, compromete significativamente a inclusão. A falta de salas de recursos multifuncionais, materiais adaptados, softwares educativos específicos e profissionais de apoio impede que os alunos com TEA tenham acesso pleno ao currículo escolar. Investimentos públicos em infraestrutura inclusiva, aquisição de tecnologias assistivas e contratação de profissionais especializados são essenciais para superar essas limitações. A adaptação física dos espaços escolares, incluindo salas sensoriais, isolamento acústico, iluminação ajustável e espaços de descompressão, é fundamental para proporcionar um ambiente confortável e acolhedor para esses alunos.

Outro desafio relevante identificado é a superação das barreiras atitudinais no ambiente escolar. A resistência de professores em adaptar suas práticas pedagógicas, aliada ao preconceito de colegas e famílias, mostra a necessidade de campanhas de sensibilização e formação que envolvam toda a comunidade escolar. A promoção de palestras, oficinas de sensibilização, rodas de conversa e disciplinas que abordem a diversidade são estratégias eficazes para combater o preconceito e construir uma cultura escolar mais inclusiva. A formação de uma cultura escolar que valorize as diferenças e promova o respeito aos direitos de todos é um passo fundamental para a inclusão plena dos alunos com TEA.

A colaboração entre a escola, a família e os profissionais da saúde é outro aspecto crucial para garantir uma educação inclusiva de qualidade. A comunicação constante entre esses agentes permite ajustar as práticas pedagógicas conforme as necessidades específicas de cada aluno, promovendo um desenvolvimento integral. A elaboração conjunta de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), a troca de informações sobre o progresso dos alunos e a participação ativa das famílias nas decisões escolares são práticas essenciais para assegurar um processo educativo coerente e adaptado. Essa abordagem interdisciplinar facilita não apenas a adaptação curricular, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e comportamentais dos estudantes.

A inclusão escolar de alunos com TEA deve ser vista como uma oportunidade para promover mudanças estruturais no sistema educacional brasileiro. A implementação de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida e o ensino híbrido, mostra-se uma alternativa eficaz para envolver todos os alunos no processo de aprendizagem. Essas metodologias, além de promoverem a autonomia e a cooperação, favorecem o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais, essenciais para a formação integral dos alunos com TEA.

Para superar os desafios identificados, é imprescindível que as políticas públicas avancem na implementação de programas de financiamento específicos para a inclusão escolar. Esses programas devem garantir recursos suficientes para adaptação física das escolas, aquisição de tecnologias assistivas, capacitação continuada dos docentes e contratação de profissionais especializados. Além disso, a fiscalização mais rigorosa do cumprimento das normas legais e a ampliação de incentivos para escolas que desenvolvam práticas pedagógicas inclusivas são medidas fundamentais para assegurar que os direitos dos alunos com TEA sejam respeitados.

A inclusão escolar de alunos com TEA deve ser compreendida como um processo contínuo e dinâmico, que exige revisão constante das práticas pedagógicas, das políticas públicas e das atitudes dos profissionais da educação. O reconhecimento das diferenças como um valor essencial para a convivência democrática na escola é o primeiro passo para construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde todos possam exercer seus direitos plenamente. A luta pela inclusão de crianças com TEA na escola reflete, de forma mais ampla, a busca por uma educação de qualidade, justa e acessível para todos, garantindo que cada aluno possa desenvolver seu potencial ao máximo, sem discriminação.

A transformação da escola em um espaço inclusivo exige um compromisso coletivo e permanente. Investir em práticas pedagógicas adaptadas, infraestrutura adequada, formação docente especializada e políticas públicas eficazes são passos indispensáveis para que os alunos com TEA possam exercer plenamente seus direitos e deveres. A construção de uma educação inclusiva demanda esforços constantes, não apenas no sentido de adaptar o ensino, mas de transformar a cultura escolar, promovendo um ambiente onde todos possam aprender, conviver e se desenvolver de maneira equitativa. Dessa forma, a inclusão escolar de crianças com TEA deixa de ser um desafio isolado e passa a representar um compromisso ético e social de toda a sociedade com uma educação mais justa, democrática e inclusiva para todos.

Referências

- AMARAL, Lígia. **Educação Inclusiva e Colaboração**. São Paulo: Cortez, 2015.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BATISTA, Alessandra; NOGUEIRA, Paula. **Tecnologias Assistivas na Inclusão Escolar**. São Paulo: Summus, 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Educação Inclusiva: O Que é? Por Quê? Como Fazer?**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010.
- FONSECA, Marcelo. **Tecnologias Assistivas para a Inclusão Escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, Fernando. **Formação de Professores para a Inclusão**. São Paulo: Cortez, 2016.
- GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e Práticas nas Escolas**. Rio de Janeiro: Ed. WAK, 2007.
- GLAT, Rosana; BLANCO, Rita N. **Educação Inclusiva: Cultura e Práticas nas Escolas**. Rio de Janeiro: Ed. WAK, 2007.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. **Políticas de Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: Ed. WAK, 2010.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e Mudança na Educação: Os Projetos de Trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- LIMA, Carla. **Gestão Escolar e Inclusão**. São Paulo: Papyrus, 2019.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O Que É? Por Quê? Como Fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. **A Escola e as Diferenças: Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão Escolar: Perspectivas e Práticas**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

OLIVEIRA, André. **Adaptações Físicas para Inclusão Escolar**. São Paulo: Ed. WAK, 2016.

RODRIGUES, Marcos. **Autismo e Inclusão Escolar**. Porto Alegre: Penso, 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.